



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681097 - SC (2021/0224815-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : RONALDO FERREIRA GONCALVES
ADVOGADO : RONALDO FERREIRA GONCALVES - SC027281
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ROBERTO CARLOS DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : DORVAL PAULO AGOSTINHAK
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROBERTO CARLOS DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0001335-69.2012.8.24.0073/SC).

O paciente foi condenado à pena de 12 anos de reclusão em regime inicial fechado, pela prática do delito descrito no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal.

Interposta apelação, o Tribunal de Justiça negou-lhe provimento. O referido acórdão foi anulado em razão da ausência de intimação pessoal do defensor do paciente da sessão de julgamento da apelação.

Ocorreu novo julgamento do recurso de apelação, que dele não conheceu o Tribunal de origem (fls. 34-38).

O impetrante sustenta que o defensor dativo não foi intimado pessoalmente do resultado do julgamento do recurso de apelação, "ficando impossibilitado de apresentar recurso" (fl. 4).

Afirma que foi desconsiderada a ordem concedida nos autos do HC n. 656.630/SC e pondera que o paciente não pode permanecer segregado até o julgamento do mérito deste *writ*.

Requer, liminarmente e no mérito, seja anulado e afastado o trânsito em julgado da Ação Penal n. 0001335-69.2012.8.24.0073 e da Apelação n. 0001335-69.2012.8.24.0073 e seja determinada a reabertura de prazo para recurso, observada a prerrogativa processual do defensor dativo de ser intimado pessoalmente de todos os atos processuais.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente